

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	97.437.783
Preferenciais	21.002.999
Total	118.440.782
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.936
Preferenciais	0
Total	1.936

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.504.498	2.554.529
1.01	Ativo Circulante	308.966	388.125
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	160.088	251.910
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.685	1.442
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.685	1.442
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.685	1.442
1.01.03	Contas a Receber	22.978	15.685
1.01.03.01	Clientes	22.978	15.685
1.01.06	Tributos a Recuperar	60.591	55.695
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	60.591	55.695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	63.624	63.393
1.01.08.03	Outros	63.624	63.393
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	34.108	33.537
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	10.362	10.362
1.01.08.03.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	10.515	10.717
1.01.08.03.04	Outros Ativos Realizáveis	8.639	8.777
1.02	Ativo Não Circulante	2.195.532	2.166.404
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	209.267	211.484
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	47.230	45.885
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	47.230	45.885
1.02.01.06	Tributos Diferidos	137.792	137.618
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	137.792	137.618
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	707	5.684
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	707	5.684
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.538	22.297
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.731	1.679
1.02.01.09.04	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	21.807	20.618
1.02.02	Investimentos	76.318	84.475
1.02.02.01	Participações Societárias	76.318	84.475
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	46.973	55.231
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	29.345	29.244
1.02.03	Imobilizado	1.889.701	1.850.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	225.315	240.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.664.386	1.609.319
1.02.04	Intangível	20.246	20.323
1.02.04.01	Intangíveis	20.246	20.323
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	9.423	9.500
1.02.04.01.03	Direito sobre Autorizações	3.946	3.946
1.02.04.01.04	Sistemas em Andamento	6.877	6.877

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.504.498	2.554.529
2.01	Passivo Circulante	107.610	321.781
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.612	8.248
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.484	8.095
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	128	153
2.01.02	Fornecedores	53.964	278.470
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.964	278.470
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.441	7.740
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.441	7.740
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.507	622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.507	622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.507	622
2.01.05	Outras Obrigações	17.256	12.561
2.01.05.02	Outros	17.256	12.561
2.01.05.02.04	Credores por Perdas Judiciais	10.690	4.250
2.01.05.02.05	Demais Obrigações	6.566	8.311
2.01.06	Provisões	14.830	14.140
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.830	14.140
2.02	Passivo Não Circulante	2.697.286	2.451.508
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	242.097	243.876
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	242.097	243.876
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	242.097	243.876
2.02.02	Outras Obrigações	1.884.522	1.674.204
2.02.02.02	Outros	1.884.522	1.674.204
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.530.248	1.320.458
2.02.02.02.03	Credores por Perdas Judiciais	276.965	276.965
2.02.02.02.04	Credores Empresas de Telecom. Processo de Cisão	48.682	48.682
2.02.02.02.05	Grupamento de Ações	13.107	13.107
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	15.520	14.992
2.02.03	Tributos Diferidos	434	434
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	434	434
2.02.04	Provisões	149.633	142.394
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	98.493	94.608
2.02.04.02	Outras Provisões	51.140	47.786
2.02.04.02.04	Provisão Programa de Indenização por Serviços Prestados	51.140	47.786
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	420.600	390.600
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	420.600	390.600
2.03	Patrimônio Líquido	-300.398	-218.760
2.03.01	Capital Social Realizado	263.145	263.145
2.03.02	Reservas de Capital	-111	-111
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-111	-111
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-575.184	-498.737
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.752	16.943

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.565	7.846
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-44.822	-40.246
3.03	Resultado Bruto	-31.257	-32.400
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.771	-11.781
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.450	-3.572
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.905	-13.926
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.017	64
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-710	-3.114
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.723	8.767
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-55.028	-44.181
3.06	Resultado Financeiro	-21.419	-25.201
3.06.01	Receitas Financeiras	3.488	4.504
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.907	-29.705
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-76.447	-69.382
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-76.447	-69.382
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-76.447	-69.382
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,64544	-0,58579
3.99.01.02	PN	0,64544	-0,58579
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,64544	-0,58579
3.99.02.02	PN	-0,64544	0,58579

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-76.447	-69.382
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.191	5.669
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	-5.434	5.669
4.02.02	Ganho com Instrumentos Financeiros - Ativos Financeiros Disponível para Venda	243	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-81.638	-63.713

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.645	-65.969
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-39.352	-30.821
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-76.447	-69.382
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	16.137	16.132
6.01.01.03	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.529	8.640
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	2.723	-8.767
6.01.01.05	Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.751	22.807
6.01.01.06	Receitas Financeiras	-638	-436
6.01.01.07	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.163	0
6.01.01.08	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	430	0
6.01.01.09	Outras Receitas / Despesas	0	185
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	28.707	-35.148
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-7.722	922
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-622	-1.144
6.01.02.03	Fornecedores	3.554	1.324
6.01.02.04	Fornecedores	-584	-29.959
6.01.02.05	Tributos	-5.368	-1.472
6.01.02.06	Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	46	-864
6.01.02.07	Receita Recebida Antecipadamente	30.000	0
6.01.02.08	Outras Contas Ativas e Passivas	9.403	-3.955
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-245.965	-8.157
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-245.965	-8.157
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	164.788	0
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	164.788	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-91.822	-74.126
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	251.910	147.218
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	160.088	73.092

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-76.447	-5.191	-81.638
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-76.447	0	-76.447
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.191	-5.191
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	243	243
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-5.434	-5.434
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-575.184	11.752	-300.398

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-69.382	5.669	-63.713
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-69.382	0	-69.382
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.669	5.669
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	5.669	5.669
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-332.486	7.585	-61.867

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	21.079	13.435
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.594	9.474
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.915	3.961
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-430	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.366	-14.059
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.366	-14.059
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.713	-624
7.04	Retenções	-14.133	-18.883
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.137	-16.132
7.04.02	Outras	2.004	-2.751
7.04.02.01	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.004	-2.751
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.420	-19.507
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.385	14.603
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.723	8.767
7.06.02	Receitas Financeiras	3.493	4.506
7.06.03	Outros	1.615	1.330
7.06.03.01	Alugueis	1.615	1.330
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-9.035	-4.904
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-9.035	-4.904
7.08.01	Pessoal	19.054	14.675
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.993	8.629
7.08.01.04	Outros	9.061	6.046
7.08.01.04.01	Encargos, Benefícios e Outros	9.061	6.046
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.663	5.576
7.08.02.01	Federais	4.403	2.980
7.08.02.02	Estaduais	5.186	2.548
7.08.02.03	Municipais	74	48
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.695	44.227
7.08.03.02	Aluguéis	13.768	14.488
7.08.03.03	Outras	24.927	29.739
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	24.729	29.703
7.08.03.03.02	Outras	198	36
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-76.447	-69.382
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-76.447	-69.382

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.504.512	2.554.529
1.01	Ativo Circulante	339.032	423.053
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	160.088	256.782
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.685	1.442
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.685	1.442
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.685	1.442
1.01.03	Contas a Receber	45.415	38.122
1.01.03.01	Clientes	45.415	38.122
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.911	57.005
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.911	57.005
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	69.933	69.702
1.01.08.03	Outros	69.933	69.702
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	34.108	33.537
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	10.362	10.362
1.01.08.03.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	10.515	10.717
1.01.08.03.04	Outros Ativos Realizáveis	14.948	15.086
1.02	Ativo Não Circulante	2.165.480	2.131.476
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	208.560	205.800
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	47.230	45.885
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	47.230	45.885
1.02.01.06	Tributos Diferidos	137.792	137.618
1.02.01.06.02	Tributos a Recuperar	137.792	137.618
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.538	22.297
1.02.01.09.03	Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	21.807	20.618
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.731	1.679
1.02.02	Investimentos	46.973	55.231
1.02.02.01	Participações Societárias	46.973	55.231
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	46.973	55.231
1.02.03	Imobilizado	1.889.701	1.850.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	225.315	240.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.664.386	1.609.319
1.02.04	Intangível	20.246	20.323
1.02.04.01	Intangíveis	20.246	20.323
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	9.423	9.500
1.02.04.01.03	Direitos sobre Autorizações	3.946	3.946
1.02.04.01.04	Sistemas em Andamento	6.877	6.877

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.504.512	2.554.529
2.01	Passivo Circulante	107.624	321.781
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.612	8.248
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.484	8.095
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	128	153
2.01.02	Fornecedores	53.964	278.470
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	53.964	278.470
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.455	7.740
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.382	2.488
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	2.368	2.488
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5.063	5.243
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10	9
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.507	622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.507	622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.507	622
2.01.05	Outras Obrigações	17.256	12.561
2.01.05.02	Outros	17.256	12.561
2.01.05.02.04	Credores por Perdas Judiciais	10.690	4.250
2.01.05.02.05	Demais Obrigações	6.566	8.311
2.01.06	Provisões	14.830	14.140
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.830	14.140
2.02	Passivo Não Circulante	2.697.286	2.451.508
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	242.097	243.876
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	242.097	243.876
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	242.097	243.876
2.02.02	Outras Obrigações	1.884.522	1.674.204
2.02.02.02	Outros	1.884.522	1.674.204
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.530.248	1.320.458
2.02.02.02.03	Credores por Perdas Judiciais	276.965	276.965
2.02.02.02.04	Credores Empresas de Telecom. Processo de Cisão	48.682	48.682
2.02.02.02.05	Grupamento de Ações	13.107	13.107
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	15.520	14.992
2.02.03	Tributos Diferidos	434	434
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	434	434
2.02.04	Provisões	149.633	142.394
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	98.493	94.608
2.02.04.02	Outras Provisões	51.140	47.786
2.02.04.02.04	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	51.140	47.786
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	420.600	390.600
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	420.600	390.600
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-300.398	-218.760
2.03.01	Capital Social Realizado	263.145	263.145
2.03.02	Reservas de Capital	-111	-111
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-111	-111

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-575.184	-498.737
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.752	16.943

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.565	7.846
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-44.822	-40.246
3.03	Resultado Bruto	-31.257	-32.400
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.873	-14.461
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.450	-3.572
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.906	-13.926
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.017	64
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-710	-3.114
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.824	6.087
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-55.130	-46.861
3.06	Resultado Financeiro	-21.273	-22.521
3.06.01	Receitas Financeiras	3.634	7.184
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.907	-29.705
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-76.403	-69.382
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44	0
3.08.01	Corrente	-44	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-76.447	-69.382
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-76.447	-69.382
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-76.447	-69.382
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,64544	-0,58579
3.99.01.02	PN	-0,64544	-0,58579
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,64544	-0,58579
3.99.02.02	PN	-0,64544	-0,58579

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-76.447	-69.382
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.191	5.669
4.02.01	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Coligadas	-5.434	5.669
4.02.02	Ganho com Instrumento Financeiro - Ativos Financeiro Disponível para Venda	243	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-81.638	-63.713
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-81.638	-63.713

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.517	-63.289
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-39.207	-28.141
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-76.403	-69.382
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	16.137	16.132
6.01.01.03	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.529	8.640
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	2.824	-6.087
6.01.01.05	Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.751	22.807
6.01.01.06	Receitas Financeiras	-638	-436
6.01.01.07	Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	2.163	0
6.01.01.08	Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	430	0
6.01.01.09	Outras Receitas / Despesas	0	185
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	23.690	-35.148
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-7.722	922
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-622	-1.144
6.01.02.03	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	3.554	1.324
6.01.02.04	Fornecedores	-584	-29.959
6.01.02.05	Tributos	-5.409	-1.472
6.01.02.06	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	46	-864
6.01.02.07	Receita Recebida Antecipadamente	30.000	0
6.01.02.08	Outras Contas Ativas e Passivas	4.427	-3.955
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-245.965	-8.157
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-245.965	-8.157
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	164.788	0
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	164.788	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-96.694	-71.446
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	256.782	249.074
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	160.088	177.628

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760	0	-218.760
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-498.737	16.943	-218.760	0	-218.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-76.447	-5.191	-81.638	0	-81.638
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-76.447	0	-76.447	0	-76.447
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5.191	-5.191	0	-5.191
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	243	243	0	243
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-5.434	-5.434	0	-5.434
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-575.184	11.752	-300.398	0	-300.398

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846	0	1.846
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.145	-111	0	-263.104	1.916	1.846	0	1.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-69.382	5.669	-63.713	0	-63.713
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-69.382	0	-69.382	0	-69.382
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.669	5.669	0	5.669
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	5.669	5.669	0	5.669
5.07	Saldos Finais	263.145	-111	0	-332.486	7.585	-61.867	0	-61.867

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	21.079	13.435
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.594	9.474
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.915	3.961
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-430	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.366	-14.059
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.366	-14.059
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.713	-624
7.04	Retenções	-14.133	-18.883
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.137	-16.132
7.04.02	Outras	2.004	-2.751
7.04.02.01	Provisão para Riscos Prováveis Trabalhista, Cíveis e Fiscais	2.004	-2.751
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.420	-19.507
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.430	14.603
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.824	8.767
7.06.02	Receitas Financeiras	3.639	4.506
7.06.03	Outros	1.615	1.330
7.06.03.01	Alugueis	1.615	1.330
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-8.990	-4.904
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-8.990	-4.904
7.08.01	Pessoal	19.054	14.675
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.993	8.629
7.08.01.04	Outros	9.061	6.046
7.08.01.04.01	Encargos, Benefícios e Outros	9.061	6.046
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.708	5.576
7.08.02.01	Federais	4.448	2.980
7.08.02.02	Estaduais	5.186	2.548
7.08.02.03	Municipais	74	48
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.695	44.227
7.08.03.02	Aluguéis	13.768	14.488
7.08.03.03	Outras	24.927	29.739
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	24.729	29.703
7.08.03.03.02	Outras	198	36
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-76.447	-69.382
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-76.447	-69.382

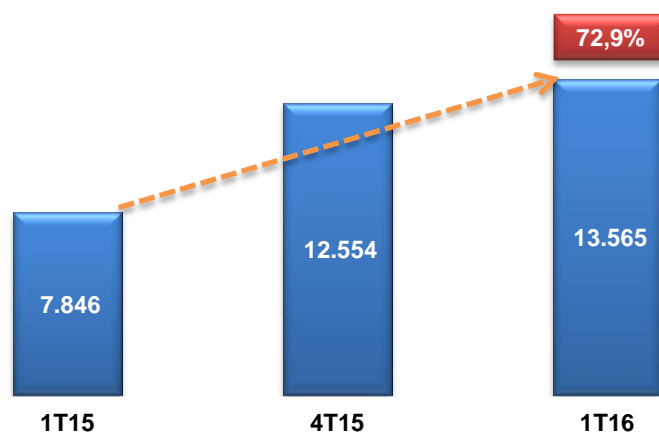
Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
1º Trimestre de 2016

RESULTADOS CONSOLIDADOS

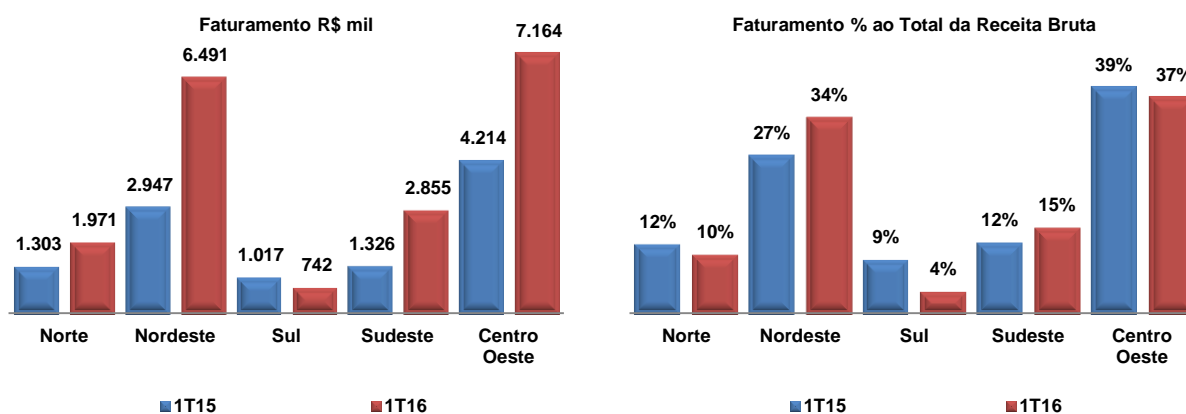
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 1T16 a receita líquida atingiu R\$ 13,5 milhões, um acréscimo de R\$ 5,7 milhões (72,9%) na comparação com o mesmo período do ano anterior. Este aumento está ligado ao aumento da base clientes/parceiros (contratos) que no final de 2015 totalizava 485 contratos comerciais e aditivos assinados. Na distribuição da receita por região, as maiores participações ficam na região centro oeste com 39% (37% 1T15) e a região nordeste com 27% (34% no 1T15).

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T16	4T15	1T15		
Serviços de Comunicação Multimídia	17.609	15.977	9.476	10,2%	85,8%
Aluguéis e Locações	1.615	1.715	1.330	-5,8%	21,4%
Receita Operacional Bruta	19.224	17.692	10.806	8,7%	77,9%
Deduções da Receita	(5.659)	(5.138)	(2.961)	10,1%	91,1%
Receita Operacional Líquida	13.565	12.554	7.846	8,1%	72,9%



DISTRIBUIÇÃO DO FATURAMENTO POR REGIÃO



Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
1º Trimestre de 2016

CUSTOS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T16	4T15	1T15		
Pessoal	(17.619)	(12.667)	(13.041)	39,1%	35,1%
Materiais	(20)	(34)	(5)	-41,2%	300,0%
Serviços de Terceiros	(16.136)	(15.264)	(13.743)	5,7%	17,4%
Alugueis e Locações	(13.749)	(10.130)	(14.479)	35,7%	-5,0%
Meios de Conexão	(2.063)	(7.395)	(1)	-72,1%	
Depreciação e Amortização	(16.137)	(16.141)	(16.132)	0,0%	0,0%
Tributos	(1.012)	(265)	(343)	281,9%	195,0%
Outras	(442)	(746)		-40,8%	100,0%
Total	(67.178)	(62.642)	(57.744)	7,2%	16,3%

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 67,1 milhões no 1T16, uma elevação de R\$ 4,5 milhões (7,2%), em relação aos R\$ 62,6 milhões no 4T15. Com relação ao 1T15, houve um aumento de R\$ 9,4 milhões (16,3%), justificado, principalmente, pelos aumentos de R\$ 4,6 milhões de Pessoal, R\$ 2,4 milhões (17,4%) dos Serviços de Terceiros e R\$ 2,0 milhões em Meios de Conexão.

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

PESSOAL: No 1T16 houve um aumento de R\$ 4,5 milhões (35,1%) em relação ao 1T15. Na comparação com o 4T15 o crescimento foi de R\$ 5,0 milhões (39,1%). Estas elevações nos custos/despesas com Pessoal tiveram como principais causas os seguintes eventos:

- ✓ Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, que concedeu aos Colaboradores a reposição da inflação do período no percentual de 9,93%;
- ✓ Concessão de progressão horizontal por mérito aos colaboradores elegíveis (63 Colaboradores);
- ✓ Atualização da provisão do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), devido ao Acordo Coletivo de Trabalho. O valor desta atualização no trimestre foi de R\$ 2,2 milhões (R\$ 0,4 milhão no 4T15); e
- ✓ Admissão de novos Colaboradores por meio de concurso público (35) e livre provimento (5).

SERVIÇOS DE TERCEIROS: No 1T16 os custos/despesas operacionais com Serviços de Terceiros totalizaram R\$ 16,1 milhões, um incremento de R\$ 2,3 milhões (17,4%) na comparação com o 1T15. O aumento está ligado à elevação dos custos do serviço de conexão de internet, que no 1T16 atingiu R\$ 3,2 milhões (R\$ 1,7 milhão no 1T15), um crescimento de 88,2%. Com relação ao 4T15, os serviços de terceiros apresentaram-se estáveis com uma variação de 5,7%. Do total dos custos e despesas operacionais com serviços de terceiros o que apresenta maior participação é o custo de manutenção de planta, que no 1T16 somou-se R\$ 6,9 milhões (R\$ 7,0 milhões no 4T15 e R\$ 6,2 milhões no 1T15).

MEIOS DE CONEXÃO: No 1T16 os custos com meios de conexão apresentaram redução de R\$ 5,3 milhões (-72,1%) na comparação com o 4T15 (R\$ 2,0 1T16 e R\$ 7,4 milhões no 4T15). Este comportamento ocorreu pelo reconhecimento provisão de cessão de meios para integração das redes de telecomunicações da Telebras e Eletronorte.

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
1º Trimestre de 2016

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres				
	1T16	4T15	1T15	Δ Trim.	Δ Ano
Outras Receitas Operacionais					
Remuneração sobre Participação Societária		2.189			
Reversão de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	2.017		64	100,0%	3051,6%
Outras Receitas sobre Investimento - Ativo Fixo		187			
Total	2.017	2.376	64	-15,1%	3051,6%
Outras Despesas Operacionais					
Pessoal	(174)	(40)	(2)	335,0%	8600,0%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(13)	(2)	(2.815)	550,0%	-99,5%
Patrocínios	(198)	(230)	(77)	-13,9%	157,1%
Multas sobre Passivo	(314)	(5)	(184)	6180,0%	70,7%
Outras	(11)	(84)	(36)	-86,9%	-69,4%
Total	(710)	(361)	(3.114)	96,7%	-77,2%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	1.307	2.015	(3.050)		

No 1T16, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positiva, no total de R\$ 1,3 milhões. Na comparação com o 1T15, houve um acréscimo de R\$ 4,3 milhões. O item que mais variou na apuração desse valor foi a Reversão de Provisão Para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais (variação de R\$ 2,0 milhões).

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	Trimestres				
	1T16	4T15	1T15	Δ Trim.	Δ Ano
Receitas Financeiras					
Juros sobre Disponibilidades	2.933	(4.625)	6.130	-163,42%	-52,15%
Juros sobre Contas a Receber	92	105	82	-12,38%	12,20%
Juros sobre Outros Créditos	609	625	917	-2,56%	-33,59%
Descontos Financeiros sobre Passivo		1			
Total	3.634	(3.894)	7.129	-189,50%	-49,00%
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(11.751)	42.704	(22.807)	-127,52%	-48,48%
Juros sobre Riscos Processuais	(3.070)	(9.283)	(2.434)	-66,93%	26,13%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos		4.296	(1.005)	-100,00%	-100,00%
Variação Monetária sobre outras Obrigações	(9.903)	(2.215)	(3.455)	347,09%	186,63%
Encargos Financeiros s/ Empréstimos e Financiamentos	(183)	971	(4)	-118,85%	4475,00%
Total	(24.907)	36.473	(29.705)	-168,29%	-16,15%
Variação Cambial, líquida			55		
Resultado Financeiro	(21.273)	32.579	(22.521)		

No 1T16, o resultado financeiro foi negativo, no montante de R\$ 21,2 milhões (R\$ 32,5 milhões positivo no 4T15). Na comparação com o 1T15 (R\$ 22,5 milhões negativo), houve uma estabilidade do resultado.

Os itens que apresentaram maiores variações foram:

JUROS SOBRE DISPONIBILIDADES: A variação na comparação entre o 1T16 e o 4T15, ocorreu pela mudança de critério na contabilização dos juros sobre aplicações financeiras de recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) que passaram a ter seus encargos (juros)

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
1º Trimestre de 2016

capitalizados. Desta forma, foi realizada uma transferência dos valores que tinham sido registradas no resultado do exercício para o ativo (Obras em Andamento) no 4T15.

JUROS SOBRE ADIANTAMENTOS/CAUÇÕES E RETENÇÕES: A variação justifica-se pela mudança no critério de reconhecimento dos encargos (juros) dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, que a partir do 4T15 passaram a ser capitalizados em função de esses recursos financiarem ativos qualificáveis (em construção). Desta forma, foi realizada uma transferência dos valores que tinham sido registrados no resultado do exercício para o ativo (Obras em Andamento) no 4T15.

VARIAÇÃO MONETÁRIA SOBRE OUTRAS OBRIGAÇÕES: A variação nesta rubrica ocorreu principalmente pela atualização monetária do acordo de dívida da PREVI, que no 1T16 totalizou R\$ 6,4 milhões. O outro evento que contribuiu para a variação nesta rubrica foi a atualização monetária sobre Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais no 1T16 foi de R\$ 3,5 milhões (R\$ 3,5 milhões no 1T15).

EBITDA (LAJIDA)

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T16	4T15	1T15		
Prejuízo Consolidado do Período	(76.447)	(22.889)	(69.382)	234,08%	10,18%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social	44	-	-	100,00%	100,00%
(+/-) Resultado Financeiro	21.273	(32.412)	22.521	-165,60%	-5,50%
(+/-) Depreciação e Amortização	16.137	16.141	16.132	0,00%	0,00%
EBITDA	(38.993)	(39.160)	(30.729)	-0,40%	26,90%
Ajustes:					
(+/-) Equivalência Patrimonial	2.824	7.395	(6.087)	-61,81%	-146,39%
EBITDA Ajustado	(36.169)	(31.765)	(36.816)	13,29%	-1,76%
Margem EBITDA	-287,5%	-313,2%	-391,7%	-8,22%	-26,61%
Margem EBITDA Ajustado	-266,6%	-254,3%	-469,3%	4,85%	-43,18%

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado), não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda, que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 1T16 o EBITDA Ajustado foi negativo, no montante de R\$ 36,2 milhões (R\$ 31,7 milhões positivo no 4T15), demonstrando uma estabilidade na comparação com o 4T15. A Margem EBITDA Ajustada no 1T16 foi de -266,6%, enquanto no 4T15 foi de -254,3%, e -469,3% no 1T15.

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
1º Trimestre de 2016

PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO

R\$ Mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T16	4T15	1T15		
Prejuízo Consolidado do Período	(76.447)	(22.889)	(69.382)	234,10%	10,20%
Margem Líquida	-563,60%	-182,30%	-884,40%	209,20%	-36,30%
Prejuízo Atribuído aos Controladores	(76.447)	(22.883)	(69.382)	234,10%	10,20%
Prejuízo por Ação (R\$)	-0,6454	-0,1932	-0,5858	234,10%	10,20%

O Prejuízo Consolidado no 1T16 foi de R\$ 76,4 milhões (R\$ 22,9 milhões no 4T15 e R\$ 69,4 milhões no 1T15), com variações de 234,1% e 10,2% respectivamente.

OUTROS INDICADORES

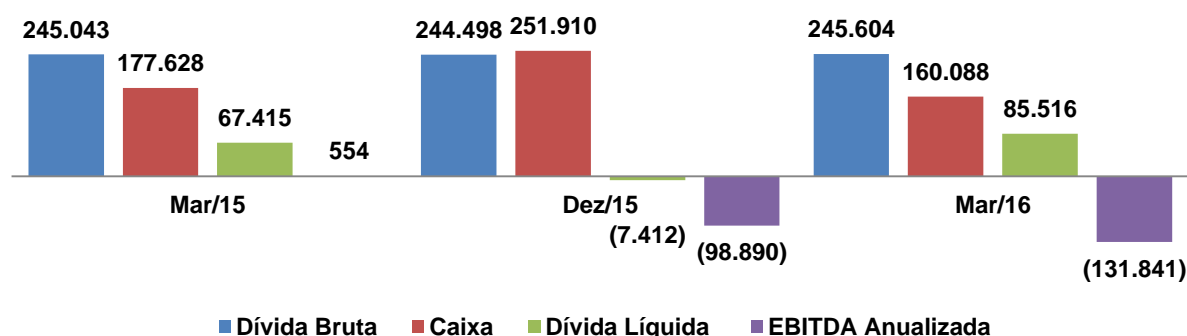
ENDIVIDAMENTO

R\$ Mil	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	3.507	622	264	463,8%	1228,4%
Longo Prazo	242.097	243.876	244.779	-0,7%	-1,1%
Dívida Bruta	245.604	244.498	245.043	0,5%	0,2%
(-) Caixa Disponível	160.088	251.910	177.628	-36,5%	-9,9%
Dívida Líquida	85.516	(7.412)	67.415	-1253,8%	26,9%
Dívida Líquida / EBITDA			121,7		

*EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores

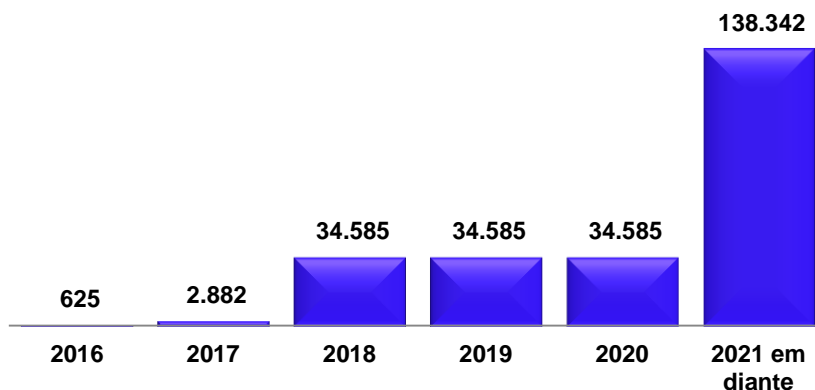
A Dívida Bruta Consolidada apresentou-se estável na comparação entre os períodos apresentados. A estabilidade é justificada pela vigência da carência do Contrato firmado junto a FINEP, que prevê o início da amortização do principal para dezembro de 2017. Com relação à Dívida Líquida ocorreu uma redução de 50,3% em relação a março de 2015. O indicador de Dívida Líquida vezes EBITDA não é apresentado para os períodos de março de 2016 e dezembro de 2015 devido ao resultado do EBITDA anualizado ser negativo para os períodos comparados.

COMPORTAMENTO DOS COMPONENTES DA DÍVIDA LÍQUIDA – R\$ MIL



Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
1º Trimestre de 2016

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – R\$ MIL



MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS

R\$ mil	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	244.498
Encargos Incorridos no Período	1.832
Juros Pagos	(1.829)
Atualização Monetária	1.103
Saldo em 31 de março de 2016	245.604

CAPEX

DISTRIBUIÇÃO DO CAPEX

A distribuição aplicação no CAPEX para os períodos comparados esta apresentada no quadro a seguir:

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T16	4T15	1T15		
Satélite	974	134.007	929	-99,3%	4,8%
PNBL	7.088	11.133	6.690	-36,3%	5,9%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática	654	649	800	0,7%	-18,3%
Outros	80	151	2	-46,9%	100,0%
Total	8.795	145.940	8.420	-94,0%	4,5%

* Exclui encargos capitalizados.

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
1º Trimestre de 2016

ANEXO I

R\$ mil	1T16	4T15	1T15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	19.224	17.692	10.806
Serviços de Comunicação Multimídia	17.609	15.977	9.476
Alugueis e Locações	1.615	1.715	1.330
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(5.659)	(5.138)	(2.960)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(5.644)	(5.064)	(2.958)
Descontos Incondicionais	(15)	(74)	(2)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.565	12.554	7.846
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(52.558)	(51.881)	(38.575)
Pessoal	(17.619)	(12.667)	(13.041)
Material	(20)	(34)	(5)
Serviços de Terceiros	(16.136)	(15.264)	(13.743)
Alugueis e Locações	(13.749)	(10.130)	(14.479)
Meios de Conexão	(2.063)	(7.395)	(1)
Tributos	(1.012)	(265)	(343)
Equivalência Patrimonial	(2.824)	(7.395)	6.087
Outras Despesas Operacionais	(1.152)	(1.107)	(3.114)
Outras Receitas Operacionais	2.017	2.376	64
EBITDA	(38.993)	(39.327)	(30.729)
Margem EBITDA	-287,45%	-313,26%	-391,65%
Depreciação e Amortização	(16.137)	(16.141)	(16.132)
EBIT	(55.130)	(55.468)	(46.861)
Resultado Financeiro	(21.273)	32.579	(22.521)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	(76.403)	(22.889)	(69.382)
DEDUÇÕES DO RESULTADO	(44)	-	-
IRPJ/CSLL	(44)	-	-
PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(76.447)	(22.889)	(69.382)
Margem Líquida	-563,56%	-182,33%	-884,30%
Atribuível aos Acionistas Controladores	(76.447)	(22.889)	(69.382)
Quantidade de Ações em Mil	118.441	118.441	118.441
Prejuízo Atribuído aos Acionistas Controladores por Ação (R\$)	(0,64544)	(0,19325)	(0,58579)

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
1º Trimestre de 2016

ANEXO II

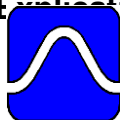
Balço Patrimonial - R\$ mil	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2015
Total Ativo	2.504.512	2.554.529	1.771.169
Circulante	339.032	423.053	301.119
Caixa e Equivalentes de Caixa	160.088	256.782	177.628
Contas a Receber de Clientes	45.415	38.122	28.007
Tributos a Recuperar	61.911	57.005	23.838
Depósitos Judiciais	34.108	33.537	46.187
Dividendos a Receber	10.362	10.362	5.457
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	10.515	10.717	7.951
Outros Ativos Realizáveis	16.633	16.528	12.051
Não Circulante	2.165.480	2.131.476	1.470.050
Aplicações Financeiras	47.230	45.885	22.507
Tributos a Recuperar	137.792	137.618	132.509
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	21.807	20.618	21.009
Depósitos Judiciais	1.731	1.679	1.536
Outros Ativos Realizáveis	-	-	6.300
Realizável a Longo Prazo	208.560	205.800	183.861
Investimentos	46.973	55.231	36.323
Imobilizado	1.889.701	1.850.122	1.229.204
Intangível	20.246	20.323	20.662
Total Passivo	2.504.512	2.554.529	1.771.169
Circulante	107.624	321.781	388.343
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	10.612	8.248	11.219
Fornecedores	53.964	278.470	290.370
Tributos a Recolher	7.455	7.740	5.458
Empréstimos	3.507	622	264
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	14.830	14.140	14.629
Credores por Perdas Judiciais	10.690	4.250	3.019
Credores Empresas de Telecom. Processo de Cisão	-	-	54.696
Outras Obrigações	6.566	8.311	8.688
Não Circulante	2.697.286	2.451.508	1.444.693
Tributos a Recolher	434	434	434
Empréstimos	242.097	243.876	103.363
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	98.493	94.608	83.789
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	51.140	47.786	41.364
Credores por Perdas Judiciais	276.965	276.965	277.870
Grupamento de Ações	13.107	13.107	13.127
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682	48.682	-
Recursos para Aumento de Capital – AFAC	1.530.248	1.320.458	830.547
Receita Recebida Antecipadamente	420.600	390.600	94.199
Outras Obrigações	15.520	14.992	-
Patrimônio Líquido	(300.398)	(218.760)	(61.867)
Capital Social	263.145	263.145	263.145
Prejuízos Acumulados	(575.184)	(498.737)	(332.486)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	11.752	16.943	7.585
Ações em Tesouraria	(111)	(111)	(111)

Comentário de Desempenho
Comentário do Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A.
1º Trimestre de 2016

ANEXO III

R\$ mil	1T16	4T15	1T15
Recursos Gerados/(Consumidos) nas Atividades:			
Operacionais	(15.517)	51.389	(63.289)
Investimento	(245.965)	(142.824)	(8.157)
Financiamento	164.788	132.928	-
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(96.694)	41.493	(71.446)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	256.782	215.289	249.074
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	160.088	256.782	177.628
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	(96.694)	41.493	(71.446)

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL**1.1. A Companhia e suas operações**

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras –, sediada no Setor Comercial Sul – SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 – Brasília (DF) – CEP: 70.308-200 (Edifício Parque Cidade Corporate – Torre B), endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07/04/2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis (“Telebras” ou “Companhia”).

Em 31 de março de 2016, a União detinha diretamente 57,61% das ações ordinárias com direito a voto e 47,40% de seu capital total. Em 3 de dezembro de 2013, por meio de Decreto da Presidência da República, a União autorizou a transferência de ações de emissão da TELEBRAS, de sua titularidade, para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, correspondente a 33,17% das ações ordinárias e 27,28% do capital social da Companhia.

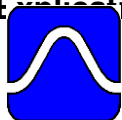
Resumo do quadro societário em 31 de março de 2016:

ORDEM	ORDINÁRIAS NOMINATIVAS			PORTADOR		TOTAL		
	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	%	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	%
1	UNIAO FEDERAL	56.135.733	57,61	UNIAO FEDERAL	1.155	UNIAO	56.136.888	47,4
2	FINEP	32.316.006	33,17	FINEP	-	FINEP	32.316.006	27,28
3	OUTROS	8.987.980	9,22	OUTROS	21.001.844	OUTROS	29.989.824	25,32
	TOTAL	97.439.719	100	TOTAL	21.002.999	TOTAL	118.442.718	100

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

Projetos Especiais também estiveram e estão no foco das ações da Telebras, são eles: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

Em 10 de maio de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias do primeiro trimestre de 2016, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS****1.2. Incorporação da TELEBRAS COPA S.A**

Em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta de incorporação da sua subsidiária integral Telebras Copa S.A., sociedade anônima de capital fechado, e que a Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

A Incorporação faz parte de um processo de reorganização, após a finalização dos eventos para os quais a TELEBRAS COPA foi constituída a fim de prestar serviços de telecomunicações, que tem por objetivo a simplificação da estrutura societária e operacional da TELEBRAS.

A Incorporação resultará na simplificação da estrutura societária e operacional atual, com a consequente redução de custos financeiros e operacionais.

Por se tratar de incorporações de subsidiária integral, não haverá aumento de capital na Telebras nem emissão de novas ações. A ação representativa do capital social da Telebras Copa S.A. será extinta, promovendo-se os necessários registros contábeis na Telebras.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral oportuna e adequadamente informados a respeito de quaisquer desenvolvimentos relativos à operação de incorporação até sua conclusão.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**2.1 Base de preparação**

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2016 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

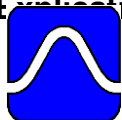
O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, arquivadas em 22 de março de 2016 na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 31 de março de 2016 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2015.

2.2 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das informações contábeis intermediárias, é o Real (R\$).

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No trimestre findo em 31 de março de 2016, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas e coligadas.

2.4 Base de consolidação

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha participação societária nas seguintes sociedades, conforme segue:

Investidas	Tipo de Investimento	% de Participação		País (Sede)
		31/03/2016	31/12/2015	
Telebrás Copa S.A	Controlada Integral	100%	100%	Brasil
Visiona Tecnologia Espacial S.A	Coligada	49%	49%	Brasil
Cabos Brasil Europa S.A	Coligada	35%	35%	Brasil

As participações societárias em sociedades controladas ou em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias individuais. Nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados. Os investimentos em sociedades coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas.

2.5 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

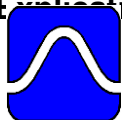
As seguintes normas e alterações de normas contábeis ocorreram:

- a. Revisão de Pronunciamentos Técnicos Nº 08/2015 – Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21,(R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45.

Todas as alterações são para vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e, de maneira geral, introduzem melhorias aos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.

- b. Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:
 - i. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

- ii. IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes;
- iii. IFRS 16 – Lease;
- iv. Modificações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
- v. Modificações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação;
- vi. Modificações à IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
- vii. Modificações à IAS 27 – Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
- viii. Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
- ix. Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação; e
- x. Melhorias Anuais nas IFRS's ciclo 2012 – 2014.

3. RECLASSIFICAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes às Demonstrações Contábeis Anuais de 31 de dezembro de 2015, mais especificamente, o Balanço Patrimonial estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do período findo em 31 de março de 2016. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2015 com o objetivo de manter a melhor comparação e apresentação dos saldos.

	Controladora							Reapresentado 31/12/2015
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações					Tributos a Recolher	
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar		
ATIVO CIRCULANTE	408.743		(20.618)					388.125
Caixa e Equivalentes de Caixa	251.910							251.910
Contas a Receber de Clientes	15.685							15.685
Tributos a Recuperar						55.695		55.695
Tributos Federais a Recuperar	54.298					(54.298)		-
ICMS a Recuperar	1.397					(1.397)		-
Depósitos Judiciais	33.537							33.537
Dividendos a Receber	10.362							10.362
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	31.335		(20.618)					10.717
Outros Ativos Realizáveis	10.219							10.219
NÃO CIRCULANTE	2.145.786		20.618					2.166.404
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	190.866		20.618					211.484
Aplicações Financeiras	45.885							45.885
Tributos a Recuperar						137.618		137.618
Tributos Federais a Recuperar	121.702					(121.702)		-
ICMS a Recuperar	15.916					(15.916)		-

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

	Controladora							Reapresentado 31/12/2015
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações					Tributos a Recolher	
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar		
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos			20.618					20.618
Depósitos Judiciais	1.679							1.679
Outros Ativos Realizáveis	5.684							5.684
Investimentos	84.475							84.475
Imobilizado	1.850.122							1.850.122
Intangível	20.323							20.323
TOTAL	2.554.529							2.554.529
PASSIVO								
PASSIVO CIRCULANTE	382.674		(47.786)		(13.107)			321.781
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248							8.248
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	47.786		(47.786)					-
Fornecedores	278.470							278.470
Tributos a Recolher							7.740	7.740
Empréstimos		622						622
Provisão para Contingências	14.140							14.140
Credores por Perdas Judiciais				4.250				4.250
Grupamento de Ações	13.107				(13.107)			-
Outras Obrigações	20.923	(622)		(4.250)			(7.740)	8.311
NÃO CIRCULANTE	2.390.615		47.786		13.107			2.451.508
Tributos a Recolher							434	434
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados			47.786					47.786
Empréstimos	243.876							243.876
Provisão para Contingências	94.608							94.608
Credores por Perdas Judiciais	276.965							276.965
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682							48.682
Grupamento de Ações					13.107			13.107
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.320.458							1.320.458
Receita Recebida Antecipadamente	390.600							390.600
Outras Obrigações	15.426						(434)	14.992
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(218.760)							(218.760)
Capital Social	263.145							263.145
Prejuízos Acumulados	(498.737)							(498.737)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.943							16.943
Ações em Tesouraria	(111)							(111)
TOTAL	2.554.529							2.554.529

	Consolidado							Reapresentado 31/12/2015
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações					Tributos a Recolher	
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar		
ATIVO CIRCULANTE	443.671		(20.618)					423.053
Caixa e Equivalentes de Caixa	256.782							256.782
Contas a Receber de Clientes	38.122							38.122
Tributos Federais a Recuperar	55.608					1.397		57.005
ICMS a Recuperar	1.397					(1.397)		-
Depósitos Judiciais	33.537							33.537
Dividendos a Receber	10.362							10.362
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	31.335		(20.618)					10.717
Outros Ativos Realizáveis	16.528							16.528
NÃO CIRCULANTE	2.110.858		20.618					2.131.476
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	185.182		20.618					205.800
Aplicações Financeiras	45.885							45.885

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

	Consolidado								
	Divulgado em 31/12/2015	Reclassificações						Tributos a Recolher	Reapresentado 31/12/2015
		Empréstimos	PISP	Credores por Perdas Judiciais	Grupamento de Ações	ICMS a Recuperar			
Tributos Federais a Recuperar	121.702							121.702	
ICMS a Recuperar	15.916							15.916	
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos			20.618					20.618	
Depósitos Judiciais	1.679							1.679	
Outros Ativos Realizáveis	-							-	
Investimentos	55.231							55.231	
Imobilizado	1.850.122							1.850.122	
Intangível	20.323							20.323	
TOTAL	2.554.529							2.554.529	
PASSIVO									
PASSIVO CIRCULANTE	382.674		(47.786)		(13.107)			321.781	
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	8.248							8.248	
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	47.786		(47.786)					-	
Fornecedores	278.470							278.470	
Tributos a Recolher							7.740	7.740	
Empréstimos		622						622	
Provisão para Contingências	14.140							14.140	
Credores por Perdas Judiciais				4.250				4.250	
Grupamento de Ações	13.107				(13.107)			-	
Outras Obrigações	20.923	(622)		(4.250)			(7.740)	8.311	
NÃO CIRCULANTE	2.390.615		47.786		13.107			2.451.508	
Tributos a Recolher							434	434	
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados			47.786					47.786	
Empréstimos	243.876							243.876	
Provisão para Contingências	94.608							94.608	
Credores por Perdas Judiciais	276.965							276.965	
Credores Empresas de Telecomunicações Processo de Cisão	48.682							48.682	
Grupamento de Ações					13.107			13.107	
Recursos para Aumento de Capital - AFAC	1.320.458							1.320.458	
Receita Recebida Antecipadamente	390.600							390.600	
Outras Obrigações	15.426						(434)	14.992	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(218.760)							(218.760)	
Capital Social	263.145							263.145	
Prejuízos Acumulados	(498.737)							(498.737)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.943							16.943	
Ações em Tesouraria	(111)							(111)	
TOTAL	2.554.529							2.554.529	

3.1. Justificativas para as reclassificações

Tributos federais a recuperar e ICMS a recuperar: A reclassificação destas rubricas para a rubrica de Tributos a Recuperar, justifica-se pelo fato que os valores dos tributos a recuperar por esfera de governo já é apresentado em quadro específico nas notas explicativas (Nota Explicativa 7).

Empréstimos: O valor dos empréstimos (juros dos empréstimos) registrado no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentado dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, o valor dos empréstimos (juros dos empréstimos) está sendo reclassificado para rubrica específica no passivo circulante “Empréstimos”, para melhor entendimento desta operação.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

Tributos a Recolher: O valor de tributos a recolher sobre prestação de serviços reconhecidos no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentado dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, os valores destes tributos estão sendo reclassificados para rubrica específica no passivo circulante “Tributos a Recolher”, para melhor entendimento desta operação por parte dos usuários da informação.

Credores por perdas judiciais: O valor da atualização monetária da dívida com a PREVI (Nota Explicativa 21) reconhecida no passivo circulante no Balanço Patrimonial de 2015 foi apresentada dentro da rubrica de “Outras Obrigações”. A Administração entende que esta forma de apresentação pode prejudicar a análise das informações por parte dos usuários da informação. Assim, o valor desta atualização monetária está sendo reclassificada para rubrica específica no passivo circulante “Credores por Perdas Judiciais”, de mesma natureza da rubrica em que está reconhecida a dívida original da PREVI no passivo não circulante, melhorado assim, o entendimento da operação por partes dos usuários da informação.

Provisão para programa de indenização por serviços prestados (PISP): O programa foi constituído pela Telebrás em 1998, no contexto da privatização e reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, com o objetivo de proporcionar suporte financeiro para os empregados que, em face da iminente dissolução da empresa, deveriam buscar recolocação no mercado de trabalho.

O programa contemplava benefícios aos empregados, a serem concedidos quando se desligassem da empresa, constituídos as seguintes vantagens, acrescidas às verbas rescisórias de praxe:

- a) indenização pecuniária: doze vezes o salário e anuênio percebidos pelo empregado no mês de seu desligamento, acrescido de um por cento por ano de serviço prestado ao Sistema Telebrás;
- b) indenização a alimentação: doze vezes o valor mensal do auxílio alimentação;
- c) indenização de assistência médica: doze vezes o valor mensal de um plano de saúde;
- d) indenização Fundação de Seguridade Social: mensalidades do plano de seguridade social por um período de doze meses.

Em reunião ordinária da Diretoria realizada em 04 de abril de 2013, conforme ata de número 1145^a a diretoria decidiu que todos os atuais empregados efetivos da Telebrás, sem exceção (se elegível), têm direito às verbas contidas no Manual do Programa, além daquelas decorrentes da lei, quando do seu desligamento, seja, por pedido demissão ou por desligamento por iniciativa da empresa.

Diante do exposto, a Administração entende a que a reclassificação desta provisão do passivo circulante para o passivo não circulante representa de forma mais fidedigna o tempo de realização dos valores desta provisão. Isto se deve, pelo fato que a realização ocorre quando o beneficiário do programa adere e solicita o seu desligamento e/ou quando há o desligamento por iniciativa da empresa.

Estes eventos não são recorrentes e a tendência é que a realização total do programa ocorra em um período superior a um exercício social.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

Outro fato importante, que justifica a reclassificação para o passivo não circulante é a impossibilidade de mensurar o valor a ser reconhecido no passivo circulante, em função de não haver um cronograma desligamento e a decisão da adesão ser uma discricionariedade do beneficiário do programa e/ou uma iniciativa da empresa.

Valores a Receber de Colaboradores Cedidos: Devido à reclassificação dos valores da Provisão do Programa de Indenização por Serviços Prestados (item acima) do passivo circulante para o passivo não circulante, a Administração entende que os valores a receber de Colaboradores cedidos a outros órgãos e que são beneficiários do programa, também devem ser reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante para que a qualidade (uniformidade) da informação seja mantida. Os órgãos aos quais estes colaboradores estão cedidos deverão ressarcir a Telebras pelos desembolsos realizados quando do pagamento da indenização.

Grupamento de ações: Nesta conta está registrado o valor de sobra da fração de ações que não foram possíveis de grupamento em lotes de ações fechados. Este valor deverá ser ressarcido aos acionistas pelo valor corresponde à fração da quantidade de ações detidas e que não puderam ser agrupadas em lotes fechado.

O ressarcimento é operacionalizado pela entidade responsável pela custódia dos títulos, que solicita da Telebrás o repasse de valor sempre que houver manifestação dos acionistas em receber tais valores.

O saldo desta conta em 31 de março de 2016 é de R\$ 13.107, e foi constituída em março de 2011 no montante de R\$ 13.540. A realização deste valor entre a data de constituição e data do último balanço patrimonial (31 de dezembro de 2015) foi de 3,2% do valor constituído, ou seja, R\$ 433.

A julgar pelo nível de realização deste valor percebe-se que a quitação desta obrigação ocorrerá em um período superior a um exercício social, apesar de sua realização está ligada diretamente a manifestação dos acionistas em receber tais valores.

Devido ao histórico de realização de pagamento se apresentar lento e com grande possibilidade de liquidação em período superior a um exercício social, a melhor forma de apresentação desta rubrica no balanço patrimonial seria no passivo não circulante.

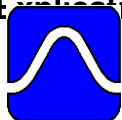
4. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.1 Fatores de risco

A Administração da Companhia e sua controlada têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

A Companhia, por meio de seus atos normativos e de gestão em sua controlada, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

4.1.1 Gestão de capital

Ao administrar seu capital, a Companhia busca salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, monitorando os seus níveis de capital de giro líquido.

4.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma operação negociadas entre contrapartes de não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou na negociação de venda ao cliente, que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta a risco de crédito em suas atividades operacionais e nos depósitos mantidos em bancos e outros investimentos em instrumentos financeiros em instituições financeiras.

4.1.2.1 Inadimplência do contas a receber de clientes

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua tempestivamente da seguinte forma: Notificações de débito e de cobrança; Política de negociação de débitos; Interrupção dos serviços e negativação do cliente; Inclusão no Cadin; e Cobrança Judicial.

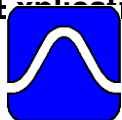
4.1.2.2 Caixa e equivalentes de caixa e Investimento financeiros

O risco de crédito dos saldos de caixa e dos investimento financeiros, que é administrado pela Diretoria da Companhia, é mitigado pela seleção investimento considerados de baixo risco pelo mercado financeiro e investimento vinculados a títulos de bancos públicos, principalmente, devido a restrições impostas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil), que definem através da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil que estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas em fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Neste sentido, as disponibilidades da Companhia são aplicadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A..

4.1.3 Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolso e recebimentos futuros, sendo monitorados diariamente pela Companhia, dado isso, possíveis descimentos são detectados com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	53.964	53.964				
Empréstimos e Financiamentos	245.604	625	2.882	69.170	103.756	69.171
Total	299.568	625	2.882	69.170	103.756	69.171

4.1.4 Risco de mercado

4.1.4.1 Risco de taxa de juros

Consiste na possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros fazendo com que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzem o rendimento dos ativos sujeitos a juros flutuantes e/ou quando a flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos e passivos, que estejam marcados a mercado, e que sejam corrigidos com taxa pré-fixadas.

As principais linhas das demonstrações contábeis sujeitas a risco de taxa de juros são:

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros - Devido a limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.284/2005 para aplicação de seus recursos disponíveis para investimentos, a exposição da Companhia para o este tipo de risco é baixa. Os investimentos financeiros da Companhia são realizados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A..

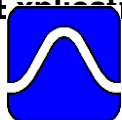
4.1.5 Risco de operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, à pessoal, à tecnologia e à infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia direciona seus esforços para implantar infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga, atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua carteira de clientes corporativos. Além desse aspecto, projetos especiais também estão no foco das ações da TELEBRÁS, tais como a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à TELEBRÁS o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um *backbone* nacional de qualidade e de tecnologia modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

Ressalte-se que, em 16 de julho de 2014, a Diretoria Comercial encaminhou expediente, em atendimento ao pleito do Comitê de Gestão Orçamentária, de projeção da estimativa de receita até o ano de 2020, com as seguintes premissas para o alcance da meta projetada:

- a) Aquisição de roteadores para atendimento aos clientes do Decreto nº 8.135/2013;
- b) Conclusão das redes metropolitanas até 2016;
- c) SGDC em operação comercial até maio de 2017;
- d) Capacidade ampliada para ativação, operação e manutenção dos clientes;
- e) Revisão nos custos e tecnologias adotadas nas portas (*backbone/backhaul*) e nos acessos (última milha); e
- f) Cumprimento de Acordo de Nível de Serviços Contratados.

A projeção das receitas decorre dos resultados de prospecções realizada em 2015, assim sendo, projetos especiais ou mudanças estratégicas poderão afetar diretamente a sua realização:

Tipo	2016	2017	2018	2019	2020
RNP	24.301	30.376	34.933	38.426	40.347
Regionais	32.259	43.550	58.793	79.370	107.150
Grandes Clientes	50.367	105.804	209.284	291.128	364.245
Interconexão	22.695	29.503	30.978	33.147	35.301
TOTAL	129.622	209.233	333.988	442.071	547.043

4.2 Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Considerando que a Companhia não está exposta a risco significativos relacionados à gestão de capital, créditos dos investimentos financeiros, liquidez e mercado, conforme demonstrado anteriormente, a Administração entende não relevante a divulgação da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS****4.3 Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e sua controlada estão restritos a Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 5), Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 6), Títulos mobiliários (Nota Explicativa 10.2), Dividendos a receber (Nota Explicativa 11), Fornecedores (Nota Explicativa 18) e Empréstimos (Nota Explicativa 23), sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o Regime de Competência.

4.3.1 Classificação

O Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

4.3.1.1 Instrumento financeiros ativos**4.3.1.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e sua controlada gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia e sua controlada. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota Explicativa 5) e Aplicações financeira (Nota Explicativa 12).

4.3.1.1.2 Empréstimos e recebíveis

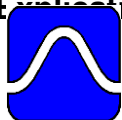
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 5); Contas a receber de clientes (Nota Explicativa 6); e Dividendos a receber (Nota Explicativa 11).

4.3.1.1.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do Patrimônio Líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

A Companhia classificou tem classificado nesta categoria Títulos mobiliários (Ações) de empresa de telecomunicações com títulos negociados em mercado ativo (Nota Explicativa 10.2).

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS****4.3.1.2 Instrumento financeiros passivos**

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia ou sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e sua controlada classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota Explicativa 18) e Empréstimos (Nota Explicativa 23).

4.3.2 Reconhecimento e mensuração

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação, na qual a Companhia ou sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

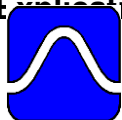
4.3.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia e sua controlada.

4.3.3.1 Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non-performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/03/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	206.613	206.613	206.613	206.613
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	705	705	705	705
Contas a Receber	Custo Amortizado		22.978	22.978	45.415	45.415
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		10.362	10.362	10.362	10.362
Disponível para Venda						
Títulos Mobiliários (Ações)	Valor Justo	Nível 1	1.685	1.685	1.685	1.685
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/03/2016			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Fornecedores	Custo Amortizado		53.964	53.964	53.964	53.964
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		245.604	245.604	245.604	245.604

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	297.161	297.161	297.161	297.161
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	634	634	659	659
Contas a Receber	Custo Amortizado		15.685	15.685	38.122	38.122
Dividendos a Receber	Custo Amortizado		10.362	10.362	10.362	10.362
Disponível para Venda						
Títulos Mobiliários (Ações)	Valor Justo	Nível 1	1.442	1.442	1.442	1.442
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		278.470	278.470	278.470	278.470
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		244.498	244.498	244.498	244.498

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e Banco Conta Movimento	705	634	705	659
Aplicações Financeiras	159.383	251.276	159.383	256.123
Total	160.088	251.910	160.088	256.782

A Companhia mantém seus recursos disponíveis aplicados em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Brasil S.A, conforme determina a Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A Resolução estabelece que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta sejam aplicadas nestes fundos ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil no fundo extramercado FAE FI RF e na Caixa Econômica Federal no fundo – CEF EXTRA COMUM.

Os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependendo das necessidades da empresa e têm remuneração atreladas aos índices IMA-B e IRFM (extramercado).

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Prestação de Serviços - Copa 2014 (i)			22.437	22.437
Serviço de Comunicação e Multimídia	24.151	16.428	24.151	16.428
Total a Receber Bruto	24.151	16.428	46.588	38.865
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.173)	(743)	(1.173)	(743)
Total a Receber Líquido	22.978	15.685	45.415	38.122

i) A controlada TELEBRAS COPA S.A tem registrado contas a receber referente ao contrato celebrado com o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.

6.1. Valores a receber por idade de vencimento

A composição do contas a receber por idade de vencimento é apresentada conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
A vencer	3.009	2.448	3.009	2.448
Não Faturado	5.269	1.248	5.269	1.248
Vencidos	15.873	12.732	38.310	35.169
Até 30 dias	3.626	1.261	3.626	1.261
31 a 60 dias	1.024	1.076	1.024	1.076
61 a 90 dias	1.040	842	1.040	842
91 a 120 dias	747	5.584	747	5.584
121 a 150 dias	829	199	829	199
151 a 180 dias	821	257	821	257
Acima de 180 dias	7.786	3.513	30.223	25.950
Contas a Receber - Bruto	24.151	16.428	46.588	38.865
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.173)	(743)	(1.173)	(743)
Contas a Receber - Líquido	22.978	15.685	45.415	38.122

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

6.2. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer cobrança dos créditos decorrentes da prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de março de 2016, a Companhia tinha reconhecido perdas estimadas no valor de R\$ 1.173 (R\$ 743 em 31 de dezembro de 2015). A Administração entende que o valor constituído é suficiente para cobrir possíveis perdas no recebimento dos créditos decorrentes da prestação dos serviços.

A movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa no primeiro trimestre de 2016 é apresentada no quadro a seguir:

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2015	-	-
Adições	(743)	(743)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(743)	(743)
Adições	(430)	(430)
Saldo em 31 de março de 2016	(1.173)	(1.173)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
IR a restituir/compensar e retenções (i)	136.578	133.093	137.898	134.403
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio – JCP	22.557	22.557	22.557	22.557
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	5.686	5.376	5.686	5.376
PIS e COFINS	16.018	14.918	16.018	14.918
Outros	56	56	56	56
Tributos Federais:	180.895	176.000	182.215	177.310
ICMS a recuperar	17.488	17.313	17.488	17.313
Tributos Estaduais:	17.488	17.313	17.488	17.313
Total	198.383	193.313	199.703	194.623
Circulante	60.591	55.695	61.911	57.005
Não Circulante	137.792	137.618	137.792	137.618

i) Inclui direitos creditícios cedidos à empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., no valor de R\$ 115.761 (R\$ 115.761 em 31 de dezembro de 2015), que constaram de Termo de Transações e Outras Avenças. Este crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº. 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº. 202/2011-A de 8 de abril de 2011.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2016		31/03/2015		31/03/2016		31/03/2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(76.447)	(76.447)	(69.382)	(69.382)	(76.403)	(76.403)	(69.382)	(69.382)
Adições/(Exclusões) Permanentes:	2.922	2.922	(8.894)	(8.894)	2.823	2.823	(6.214)	(6.214)
Adições permanentes	2.924	2.924	66	66	2.924	2.924	66	66
Exclusões permanentes	(2)	(2)	(8.960)	(8.960)	(101)	(101)	(6.280)	(6.280)
Adições/(Exclusões) Temporárias:	6.513	6.513	7.724	7.724	6.513	6.513	7.724	7.724
Adições temporárias:	9.139	9.139	8.705	8.705	9.139	9.139	8.705	8.705
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	6.546	6.546	8.705	8.705	6.546	6.546	8.705	8.705
Provisão PISP	2.163	2.163			2.163	2.163	-	-
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	430	430			430	430	-	-
Exclusões temporárias:	(2.626)	(2.626)	(981)	(981)	(2.626)	(2.626)	(981)	(981)
Baixa de prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(2.017)	(2.017)	(64)	(64)	(2.017)	(2.017)	(64)	(64)

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2016		31/03/2015		31/03/2016		31/03/2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
VM s/ Depósitos Judiciais e outros	(609)	(609)	(917)	(917)	(609)	(609)	(917)	(917)
Base de Cálculo Negativa	(67.012)	(67.012)	(70.552)	(70.552)	(67.067)	(67.067)	(67.872)	(67.872)
Tributos de Controlada:								
Imposto de Renda Corrente					31			
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido - Corrente						13		
Total - Tributos Correntes					31	13		

8.1. Créditos fiscais diferidos e não registrados

A Companhia não registra os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. No quadro a seguir são apresentados os valores dos ativos fiscais diferidos em 31 de março de 2016 e de 31 de dezembro de 2015:

	Imposto de Renda (25%)		Contribuição Social (9%)	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	50.979	49.847	18.047	17.945
Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	293		26	
Provisão PISP	22.100	21.559	7.809	7.760
Prejuízo fiscal/base negativa	122.981	122.981	44.273	44.273
Total	196.353	194.387	70.155	69.978

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da Contribuição Social em cada período-base.

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às contingências passivas está assim distribuída:

Natureza	Controladora e Consolidado					
	31/03/2016			31/12/2015		
	Vinculados	Não vinculados	Total	Vinculados	Não vinculados	Total
	(A)	(B)	(A+B)	(A)	(B)	(A+B)
Cível / Societário	3.482	28.735	32.217	3.461	28.184	31.645
Trabalhista	2.168	204	2.372	2.165	192	2.357
Tributária	34	1.216	1.250	34	1.180	1.214
Total	5.684	30.155	35.839	5.660	29.556	35.216
Circulante	5.411	28.697	34.108	5.400	28.137	33.537
Não Circulante	273	1.458	1.731	260	1.419	1.679

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

9.1 Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.660
Adições Líquidas	9
Resgate - Provisões para Riscos Prováveis	(12)
Baixas – Despesas para Perdas Judiciais	(2)
Atualização – Encargos Financeiros	29
Saldo em 31 de março de 2016	5.684
Circulante	5.411
Não Circulante	273

9.2 Movimentação dos depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2015	29.556
Adições Líquidas	73
Baixas - Provisões para Contingências	(52)
Baixas – Despesas para Perdas Judiciais	(3)
Atualização – Encargos Financeiros	581
Saldo em 31 de março de 2016	30.155
Circulante	28.697
Não Circulante	1.458

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora.

10 OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS**10.1 Valores a receber de Colaboradores cedidos**

A Companhia possui Colaboradores cedidos à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e a outros Órgãos Governamentais. Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, os valores a receber referente à cessão de Colaboradores da TELEBRAS as entidades governamentais estão apresentados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	25.076	24.625
Órgãos Governamentais	7.246	6.710
Total	32.322	31.335
Circulante	10.515	10.717
Não Circulante	21.807	20.618

Os valores a receber de Colaboradores cedidos referem-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais, inclusive provisões de férias e 13º salários. Também esta incluso a provisão relativa ao Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP no valor de R\$ 21.807 (R\$ 20.618 em 31 dezembro de 2015).

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

10.2 Outros valores realizáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ações e Títulos Destinados à Venda (i)	1.685	1.442	1.685	1.442
Cauções	1.755	1.749	8.064	8.058
Adiantamento a Empregados	941	1.080	941	1.080
Outros	6.650	11.632	5.943	5.948
Total	11.031	15.903	16.633	16.528
Circulante	10.324	10.219	16.633	16.528
Não Circulante	707	5.684	-	-

i) Nesta rubrica estão registrados os investimentos em valores mobiliários (ações) de empresas de telecomunicações com negociação na Bolsa de Valores - Bovespa. Estes investimentos estão classificados como instrumentos financeiros na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e conseqüentemente são avaliados pelo valor justo com o reconhecimento da variação do valor justo no patrimônio líquido.

11 DIVIDENDOS A RECEBER

No trimestre findo em 31 de março de 2016, a Companhia tem reconhecido direitos a receber de dividendos declarados pela coligada VISIONA no montante de R\$ 10.361. Deste total, R\$ 5.457 refere-se a dividendos declarados no exercício de 2014.

12 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Fundo BB Referenciado DI LP Corporativo 600 mil (i)	24.932	24.293
Fundo BB Extramercado FAE FI RF (ii)	22.298	21.592
Total	47.230	45.885

(i) A TELEBRAS realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado (Nota Explicativa 21).

(ii) Aplicação financeira realizada no Banco do Brasil S.A no fundo investimento BB – Extramercado FAE FI RF de acordo com a Resolução nº. 3.284/2005 do Banco Central do Brasil. A aplicação neste fundo tem prazo indeterminado, e o resgate de recursos atendem as necessidades da Companhia. A remuneração esta atrelada ao índice IMA-B.

13 INVESTIMENTOS

13.1 Informações das investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e em coligadas, conforme segue:

TELEBRAS COPA S.A. (“TELEBRAS COPA” ou Controlada): sediada em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados.

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

O capital social subscrito é de R\$ 100 e foi integralizado em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 10% (R\$ 10) em 7 de fevereiro de 2013 e o restante 90% (R\$ 90) integralizado em 20 de junho de 2013.

A controlada funcionará por tempo determinado, desde a data de sua criação, em 7 de fevereiro de 2013, até a data do término dos eventos da Copa do Mundo de 2014. Ocorre que do ponto de vista da controlada os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31 de outubro de 2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da “Duração da Sociedade”. Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer em 2016 conforme comunicado ao mercado divulgado em 22 de março de 2016 (Nota Explicativa 1.2).

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. (“VISIONA” ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como (b) o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRÁS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

CABOS BRASIL EUROPA S.A. (“CABOS BRASIL” ou coligada), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R\$ 3.500 mil, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo que a Telebras é detentora de 35% do capital total, sendo que o restante 65% pertence à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

13.2 Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	76.318	84.475	46.973	55.231

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

13.3 Composição dos Investimentos

Investidas	Controladora					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRÁS	31/03/2016	31/12/2015
Visiona Tecnologia Espacial S.A	10.000	94.978	49,0	49,0	4.900.000	46.540	54.311
Telebras Copa S.A	100	29.346	100,0	100,0	1	29.345	29.244
Cabos Brasil Europa S.A	3.500	1.237	35,0	35,0	1.225.000	433	920
Total						76.318	84.475

Investidas	Consolidado					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela TELEBRÁS	31/03/2016	31/12/2015
Visiona Tecnologia Espacial S.A	10.000	94.978	49,0	49,0	4.900.000	46.540	54.311
Cabos Brasil Europa S.A	3.500	1.237	35,0	35,0	1.225.000	433	920
Total						46.973	55.231

13.4 Informações econômicas e financeiras resumidas

Investidas	31/03/2016			31/12/2015		Receita Líquida 31/03/2015
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
Visiona Tecnologia Espacial S.A	52.287	89.408	20.554	233.096	122.258	21.786
Telebras Copa S.A	30.066	720	-	34.928	5.684	-
Cabos Brasil Europa S.A	1.397	160	-	2.903	525	-

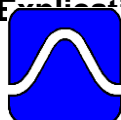
13.5 Resultado dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	31/03/2016	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2015
Visiona Tecnologia Espacial S.A	(4.771)	(2.337)	12.423	6.087
Telebras Copa S.A	101	101	2.680	2.680
Cabos Brasil Europa S.A	(1.142)	(487)	-	-
Total	(5.812)	(2.723)	15.103	8.767

13.6 Movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Telebras Copa S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	54.311	29.244	920	84.475
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.337)	101	(487)	(2.723)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	(5.434)			(5.434)
Saldo em 31 de março de 2016	46.540	29.345	433	76.318

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Investidas	Consolidado		
	Visiona Tecnologia Espacial S.A	Cabos Brasil Europa S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	54.311	920	55.231
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.337)	(487)	(2.824)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(5.434)		(5.434)
Saldo em 31 de março de 2016	46.540	433	46.973

13.7 Informações contábeis das controladas e coligadas

13.7.1 Visiona Tecnológica Espacial S.A

Balanco Patrimonial	31/03/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	52.287	93.042
Não Circulante	132.099	140.054
Realizável a Longo Prazo	13.050	10.272
Investimento	113.948	124.601
Imobilizado	4.252	4.330
Intangível	849	851
Total	184.386	233.096
Passivo		
Circulante	89.408	122.258
Total	89.408	122.258
Patrimônio Líquido	94.978	110.838
Total	184.386	233.096

Demonstração do Resultado do Período	31/03/2016	31/03/2015
Receita Líquida	20.554	21.786
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	(23.430)	(16.394)
Lucro Bruto	(2.876)	5.392
Receitas/(Despesas) Operacionais	(5.330)	(1.929)
Equivalência Patrimonial	436	12.388
Resultado antes do Resultado Financeiro	(7.770)	15.851
Resultado Financeiro	327	(974)
Resultado antes dos Tributos	(7.443)	14.877
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.672	(2.454)
Lucro Líquido do Período	(4.771)	12.423

13.7.2 TELEBRAS COPA S.A

Balanco Patrimonial	31/03/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	30.066	34.928
Total	30.066	34.928
Passivo		
Circulante	14	
Não Circulante	707	5.684
Patrimônio Líquido	29.345	29.244
Total	30.066	34.928

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Demonstração do Resultado do Período	31/03/2016	31/03/2015
Receitas/(Despesas) Operacionais	(1)	(14)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(1)	(14)
Resultado Financeiro	146	3.983
Resultado antes dos Tributos	145	3.969
Imposto de Renda e Contribuição Social	(44)	-
Lucro Líquido do Período	101	3.969

13.7.3 Cabos Brasil Europa S.A

Balanco Patrimonial	31/03/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	585	2.126
Não Circulante	812	777
Investimento	733	733
Imobilizado	79	44
Total	1.397	2.903
Passivo		
Circulante	160	525
Patrimônio Líquido	1.237	2.378
Total	1.397	2.903

Demonstração do Resultado do Período	31/03/2016
Receitas/(Despesas) Operacionais	(1.167)
Resultado antes do Resultado Financeiro	(1.167)
Resultado Financeiro	25
Resultado antes dos Tributos	(1.142)
Prejuízo do Período	(1.142)

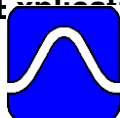
14 IMOBILIZADO

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e de provisão para redução ao valor recuperável quando houver indicação de que valor contábil dos bens estiverem superior ao valor de recuperação. O valor contábil do imobilizado em 31 de março de 2016 era de R\$ 1.889.701 (R\$ 1.850.122 em 31 de dezembro de 2015).

No trimestre findo em 31 de março de 2016, a Companhia capitalizou juros sobre ativos qualificáveis no montante de R\$ 29.672.

No primeiro trimestre de 2016, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das Informações Contábeis Intermediárias.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

	Controladora e Consolidado							Total
	Instalações Prediais	Mobiliário	Infraestrutura	Equipamentos de Tecnologia de Informação	Equipamentos de Transmissão / Comunicação de Dados	Outros Equipamentos	Imobilizado em Andamento	
Custo de Aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	92.365	3.713	66.299	8.379	192.696	4.184	1.609.319	1.976.955
Aquisições							55.067	55.067
Saldo em 31 de março de 2016	92.365	3.713	66.299	8.379	192.696	4.184	1.664.386	2.032.022
Depreciação Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(30.237)	(1.726)	(15.498)	(4.686)	(72.606)	(2.080)		(126.833)
Depreciação e Amortização	(3.780)	(93)	(1.935)	(396)	(9.075)	(209)		(15.488)
Saldo em 31 de março de 2016	(34.017)	(1.819)	(17.433)	(5.082)	(81.681)	(2.289)		(142.321)
Valor Contábil em 31 de março de 2016	58.348	1.894	48.866	3.297	111.015	1.895	1.664.386	1.889.701
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2015	62.128	1.987	50.801	3.693	120.090	2.104	1.609.319	1.850.122

15 INTANGÍVEL

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações e da provisão para redução ao valor recuperável quando houve indicação de o valor contábil dos bens intangíveis estiverem superiores ao valor de recuperação. O valor contábil do intangível em 31 de março de 2016 era de R\$ 20.246 (R\$ 20.323 em 31 de dezembro de 2015).

No primeiro trimestre de 2016, não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das Informações Contábeis Intermediárias.

	Controladora e Consolidado			Total
	Sistemas Aplicativos	Direitos sobre Autorizações	Sistemas em Andamento	
Custo de Aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17.355	3.946	6.877	28.178
Aquisições	572			572
Saldo em 31 de março de 2016	17.927	3.946	6.877	28.750
Depreciação Acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.855)			(7.855)
Depreciação e Amortização	(649)			(649)
Saldo em 31 de março de 2016	(8.504)			(8.504)
Valor Contábil em 31 de março de 2016	9.423	3.946	6.877	20.246
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2015	9.500	3.946	6.877	20.323

Na rubrica “Direitos sobre Autorizações” esta registrado o valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

16 PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesse grupamento, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive, as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Outras Obrigações (Nota Explicativa 25).

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Salários e Honorários a Pagar	39	60
Encargos Sociais a Pagar	10.266	8.057
Benefícios Sociais a Pagar	218	38
Mão-de-Obra Temporária	89	93
Total	10.612	8.248
Circulante	10.612	8.248

17 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

A Companhia desde 2013, quando da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), a Companhia mantém provisão para quitação das obrigações do Programa, no montante de R\$ 51.140 em 31 de março de 2016 (R\$ 47.786 em 31 de dezembro de 2015).

No primeiro trimestre de 2016, a Companhia registrou no resultado do exercício um complemento de provisão no montante de R\$ 2.163, para os colaboradores em exercício na Telebrás. Para os empregados cedidos à ANATEL e outros órgãos o valor do complemento da provisão foi de R\$ 1.190 e foi reconhecida no Ativo na rubrica de Valores a Receber de Colaboradores Cedidos (Nota Explicativa 10.1).

18 FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores de Operação	11.957	13.319
Fornecedores de Expansão	42.700	265.151
Circulante	54.657	278.470

A redução em fornecedores de expansão de R\$ 282.485 em 31 de dezembro de 2015 para 31 de março de 2016, ocorreu em função pagamentos realizado a coligada VISIONA por serviços prestado no projeto SGDC.

19 TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
ICMS	5.063	5.243	5.063	5.243
CSLL a Pagar			14	
COFINS	329	239	329	239
PIS	68	52	68	52
ISS	10	9	10	9
FUST	46	44	46	44
FUNTEL	23	23	23	23
Taxas Federais	1.902	2.130	1.902	2.130
Tributos Federais - Parcelamento	434	434	434	434
Total	7.875	8.174	7.889	8.174
Circulante	7.441	7.740	7.455	7.740
Não Circulante	434	434	434	434

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

20 PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTA, CÍVEIS E FISCAIS

Em 31 de março de 2016, a TELEBRÁS é ré em 1.497 ações judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e societária (1.555 em 31 de dezembro de 2015), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Companhia e a elas são atribuídas expectativas de perda. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira. A composição dos valores consolidados em discussão em diversas instâncias de processos, em 31 de março de 2016, tinha o seguinte tratamento contábil:

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações	
		31/03/2016	31/12/2015
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	104	108
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	981	1.019
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	412	428
Total		<u>1.497</u>	<u>1.555</u>

20.1 Provisão para riscos prováveis

20.1.1 Provisão para riscos prováveis líquida de depósitos judiciais

Natureza	Controladora e Consolidado							
	31/03/2016				31/12/2015			
	Quantidade de Ações	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos	Quantidade de Ações	Valor Provisionado	Depósitos Judiciais Vinculados	Provisão Líquida dos Depósitos
		(A)	(B)	(A-B)		(A)	(B)	(A-B)
Cível	77	104.283	3.482	100.801	79	98.061	3.461	94.600
Trabalhista	23	8.094	2.168	5.926	24	7.879	2.165	5.714
Tributária	4	946	34	912	5	2.808	34	2.774
Total	104	113.323	5.684	107.639	108	108.748	5.660	103.088
Circulante	65	14.830	5.411	9.419	68	14.140	5.400	8.740
Não Circulante	39	98.493	273	98.220	40	94.608	260	94.348

20.1.2 Classe das ações judiciais

Classe das Ações	Controladora e Consolidado					
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016		31/03/2016	31/12/2015
	Quantidade		Provisões	Depósitos	Líquido	
			(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
<u>Cíveis</u>						
Ilegalidade na venda de ações (fraude)	19	18	3.305	2.612	693	567
Dividendos sobre o capital da TELEBRÁS	6	6	93.131	-	93.131	87.593
Diferença de ações - conversão de debêntures	1	1	1.597	-	1.597	1.508
Diversas classes	51	54	6.250	870	5.380	4.932
Total	77	79	104.283	3.482	100.801	94.600
<u>Trabalhistas</u>						
Ganhos de produtividade	2	2	2.131	25	2.106	2.042
Readmissão de pessoal	2	2	1.794	1.608	187	132
Expurgos inflacionários multa de 40% - FGTS	1	1	107	72	35	34

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Classe das Ações	Controladora e Consolidado					
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016		31/03/2016	31/12/2015
	Quantidade		Provisões	Depósitos	Líquido	
			(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
Responsabilidade subsidiária	10	10	1.426	262	1.164	1.137
Diversas classes	8	9	2.636	201	2.434	2.369
Total	23	24	8.094	2.168	5.926	5.714
Tributárias						
Diversas classes	4	5	946	34	912	2.774
Total	4	5	946	34	912	2.774
TOTAL GERAL	104	108	113.323	5.684	107.639	103.088
Circulante	65	68	14.830	5.411	9.419	8.740
Não Circulante	39	40	98.493	273	98.220	94.348

20.1.3 Movimentação das provisões para riscos prováveis

Saldo em 31 de dezembro de 2015	108.748
Adições Líquidas	11
Reversões Líquidas	(1.967)
Baixas	(2)
Atualizações – Encargos Financeiros	6.533
Saldo em 31 de março de 2016	113.323
Circulante	14.830
Não Circulante	98.493

20.2 Provisão para riscos possíveis

Natureza	Quantidade de Ações		Valor	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Cível	929	970	28.782	28.049
Trabalhista	45	44	2.926	2.800
Tributária	7	5	23.295	22.068
Total	981	1.019	55.003	52.917

20.2.1 Classe das ações judiciais

Classes das Ações	Quantidade de Ações		Valor	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Cíveis				
VPA'S nas capitalizações por contratos de participação financeira-PF (autofinanciamento)	875	920	7.270	7.205
Ilegalidade na venda de ações	8	8	3.234	3.162
Execução Fiscal	5	5	16.847	15.899
Diversas classes	41	37	1.431	1.783
Total	929	970	28.782	28.049
Trabalhistas				
Reconhecimento de direito sobre o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	2	2	79	77
Responsabilidade Subsidiária	18	15	677	589
Progressão Salarial	7	8	253	265
Diversas classes	18	19	1.917	1.869
Total	45	44	2.926	2.800

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Classes das Ações	Quantidade de Ações		Valor	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Tributárias				
Isenção de imposto de importação e IPI	2	2	20.935	20.815
Pagamento de diferença referente à Taxa Referencial do exercício de 1996	1	1	1.009	1.225
Diversas classes	4	2	1.351	28
Total	7	5	23.295	22.068
Total Geral	981	1.019	55.003	52.917

21 CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015 Reapresentado
Valores a Pagar (VT UM Produções e Empreendimento Ltda)	135.549	135.549
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	152.106	145.666
Total	287.655	281.215
Circulante	10.690	4.250
Não Circulante	276.965	276.965

Os créditos tributários a transferir referem-se à obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, homologado em juízo, firmado com a empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., conforme fato relevante publicado em 14 de junho de 2006, na Gazeta Mercantil.

De acordo com as disposições do referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação, no montante de R\$ 135.549 em 31 de março de 2016 (R\$ 135.549 em 31 de dezembro de 2015), refere-se a saldos de créditos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, que somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08 de abril de 2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

Em outro processo, a Companhia firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de principal reconhecido em novembro de 2013 no montante de R\$ 141.416 com carência de 24 meses e será pago em 30 (trinta) prestações semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano e com pagamento semestral. No trimestre findo em 31 de março de 2016, montante da dívida era de R\$ 152.106 sendo que R\$ 10.690 refere-se à atualização monetária.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

22 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.530.248 em 31 de março de 2015 (R\$ 1.320.458 em 31 de dezembro de 2015), atualizado pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

A Telebrás, no momento, aguarda publicação de Decreto Presidencial autorizando a incorporação do AFAC ao seu Capital Social, conforme Processo nº 10951.000671/2015-70, inclusive, através do Ofício CT nº 12/2016/2100/1000 de 25 de janeiro de 2016, a Telebrás encaminhou ao Ministério das Comunicações as últimas informações solicitadas.

Do total dos recursos capitalizáveis, R\$ 1.006.265 foram destinado ao projeto de construção do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. A atualização monetária deste valor está sendo capitalizada e compõe o custo de construção do satélite.

23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Principal	240.380	240.380
Atualização Monetária	4.599	3.496
Juros	625	622
Total	245.604	244.498
Circulante	3.507	622
Não Circulante	242.097	243.876

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13 de novembro de 2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebrás cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente, centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora e Consolidado
2016	625
2017	2.882
2018	34.585
2019	34.585
2020	34.585
2021 em diante	138.342
Total	245.604

A movimentação dos empréstimos no trimestre findo em 31 de março de 2016 é apresentada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	244.498
Encargos Incorridos no Período	1.832
Juros Capitalizados	(1.829)
Atualização Monetária	1.103
Saldo em 31 de março de 2016	245.604

24 RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE

A Companhia tem registrado o montante de R\$ 420.600 (R\$ 390.600 em 31 de dezembro de 2015) que foram repassados pelo Ministério da Defesa referente à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), conforme respectivo Contrato.

25 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Cauções a Devolver	1	1
Retenções Passivas não Tributárias	280	76
Retenções Passivas Tributárias	5.104	7.074
Outras Obrigações	16.701	16.152
Total	22.086	23.303
Circulante	6.566	8.311
Não Circulante	15.520	14.992

26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2016, no valor R\$ 263.145 (R\$ 263.145 em 31 de dezembro de 2015), composto de 118.442.718 (118.442.718 em 31 de dezembro de 2015) unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

	31/03/2016	31/12/2015
Capital total em ações		
Ordinárias	97.439.719	97.439.719
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total (A)	118.442.718	118.442.718
Ações em tesouraria		
Ordinárias	1.936	1.936
Total (B)	1.936	1.936
Ações em circulação		
Ordinárias	97.437.783	97.437.783
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total (A-B)	118.440.782	118.440.782
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	(300.398)	(218.760)
Valor Patrimonial por ação em circulação (R\$ 1,00)	(2,53627)	(1,84700)

26.2 Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia tem reconhecido nesta rubrica o ganho da avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros de ativos financeiros disponíveis para venda, que é representado por investimento em ações de empresas de telecomunicações e que no trimestre findo em 31 de março de 2016 registrou um ganho de R\$ 243. O saldo destes investimentos até 31 de março de 2016 registra uma perda de R\$ 458 (R\$ 701 em 31 de dezembro de 2015).

Outro evento que a Companhia tem reconhecido nesta rubrica é o resultado da equivalência patrimonial sobre o resultado abrangente da coligada VISIONA, cujo resultado registrado até em 31 de março de 2016 é um ganho de R\$ 12.211 (R\$ 17.645 em 31 de dezembro de 2015).

26.4 Ações em tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 22 de maio de 1998.

26.5 Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

Descrição	Período de três meses findos em:	
	31/03/2016	31/03/2015
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(76.447)	(69.382)
Distribuição do resultado em relação ao tipo de Ação		
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(62.891)	(57.079)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(13.556)	(12.303)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de Ações)		
Ações ordinárias – básicas	97.438	97.438
Ações preferenciais - diluídas	21.003	21.003
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas	(0,64544)	(0,58579)
Ações preferenciais - diluídas	(0,64544)	(0,58579)

27 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Período de três meses findos em:	
	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Receita Operacional Bruta	19.224	10.806
Serviço de Comunicação e Multimídia	17.609	9.476
Aluguéis e Locações (i)	1.615	1.330
Deduções da Receita Operacional Bruta	(5.659)	(2.960)
Tributos	(5.644)	(2.958)
Descontos Concedidos	(15)	(2)
Receita Operacional Líquida	13.565	7.846

i) A receita de aluguéis e locações compreende o aluguel de cabos ópticos e locação de roteadores.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

28 DESPESAS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em:	
	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Pessoal	(17.619)	(13.041)
Material	(20)	(5)
Serviços de Terceiros	(16.136)	(13.743)
Aluguel/Arrendamento/Seguros	(15.824)	(14.480)
Tributos	(1.012)	(343)
Depreciação e Amortização	(16.137)	(16.132)
Perdas Estimadas com Contas a Receber	(430)	-
Total	(67.178)	(57.744)
Classificado como:		
Custo dos Serviços Prestados	(44.822)	(40.246)
Comercialização dos Serviços	(5.450)	(3.572)
Despesas Gerais e Administrativas	(16.906)	(13.926)

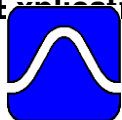
29 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Período de três meses findos em:	
	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Outras Receitas Operacionais		
Reversão de Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	2.017	64
Total	2.017	64
Outras Despesas Operacionais		
Pessoal	(174)	(2)
Tributos	(11)	-
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(13)	(2.815)
Patrocínios	(198)	(36)
Multas sobre Passivo	(314)	(77)
Perdas Estimadas sobre Ativo	-	(184)
Total	(710)	(3.114)
Outras Receita/(Despesas) Operacionais, Líquidas	1.307	(3.050)

30 RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas Financeiras				
Juros sobre Disponibilidades	2.787	3.450	2.933	6.130
Juros sobre Contas a Receber	92	82	92	82
Juros sobre Outros Créditos	609	917	609	917
Subtotal	3.488	4.449	3.634	7.129
Despesas Financeiras				
Juros sobre Obrigações com Pessoal		(1)		(1)
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(11.751)	(22.807)	(11.751)	(22.807)
Juros sobre Tributos	(34)	(3)	(34)	(3)
Juros sobre Riscos Processuais	(3.070)	(2.434)	(3.070)	(2.434)
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	(1.005)	-	(1.005)

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

	Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
VM outras Obrigações	(9.903)	(3.455)	(9.903)	(3.455)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(149)	-	(149)	-
Subtotal	(24.907)	(29.705)	(24.907)	(29.705)
Variação Cambial, Líquida	-	55	-	55
Resultado Financeiro	(21.419)	(25.201)	(21.273)	(22.521)

31 PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

31.1 Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS-A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1 de fevereiro 2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS – A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31 de janeiro de 2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

2. PBS – TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

Notas Explicativas

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS**

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26 de setembro de 2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24 abril de 2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 31 de março de 2016, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.

PBS - TELEBRAS e PBS – A

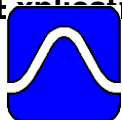
	PBS - TELEBRAS		PBS-A	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	340.231	327.397	8.878.617	8.623.302
Outros Exigíveis	9.952	9.616	415.602	403.036
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	350.183	337.013	9.294.219	9.026.338
(-) Total dos Ativos do Plano	389.790	379.125	10.759.423	10.397.226
(=) Superávit Acumulado	39.607	42.112	1.465.204	1.370.888

3. PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

	31/03/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	3.234.727	3.247.905
Outros Exigíveis	63.107	62.630
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	3.297.834	3.310.535
(-) Total dos Ativos do Plano	3.490.266	3.393.760
(=) Superávit Acumulado	192.432	83.225

4. TELEBRAS PREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3 de dezembro de 2002, na modalidade de contribuição variável, para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios definidos de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRAS.

É custeado pelos participantes e pela TELEBRAS, está no limite de até 8% (oito por cento) dos salários de participação dos integrantes do Plano.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o plano apresentava as seguintes posições contábeis:

	31/03/2016	31/12/2015
Provisões Matemáticas e Fundos	648.137	631.099
Outros Exigíveis	7.366	7.318
Total das Provisões/Fundos e Outros Exigíveis	655.503	638.417
(-) Total dos Ativos do Plano	720.111	700.988
(=) Superávit Acumulado	64.608	62.571

31.2 Contribuições do patrocinador

No primeiro trimestre de 2016, a Companhia realizou as seguintes contribuições para os planos:

	Planos	
	PBS TELEBRAS	TELEBRAS PREV
Contribuições:		
Contribuição Empresa		375
Contribuição Assistencial	12	
Taxa Administrativa		39
Total	12	414

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 23 - Planos de Benefícios Pós-Emprego das Demonstrações Contábeis da Companhia divulgadas para 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

32 PARTES RELACIONADAS

32.1 Controlador final

A Companhia é controlada pela União Federal.

32.2 Pessoal chave da Administração

A Companhia e sua controlada não possuem transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e sua controlada, que incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Período de três meses findos em:	
	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
Remunerações	1.069	541
Benefícios de Curto Prazo	149	96
Total	1.218	637

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

32.3 Transações com partes relacionadas

32.3.1 Controladora

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Valores a Receber							
a) Pagamento de Despesas	TELEBRAS COPA	707	5.684				
b) Dividendos a Receber	VISIONA	10.362	10.362				
Imobilizado							
c) Capitalização AFAC	União Federal	29.672					
Contas a Pagar							
d) Prestação de Serviços	VISIONA				241.255		
e) Empréstimos	FINEP			245.604	244.498		
f) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal	1.530.248	1.320.458				
g) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					33.250	

a) Representa pagamento de despesas operacionais da controlada, que serão reembolsadas através de encontro de contas;

b) Trata-se de dividendos a receber de participação societária na coligada;

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

c) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que forma destinados ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

d) Trata-se de saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;

e) Refere-se a captação de empréstimo realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

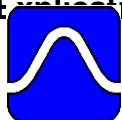
O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

f) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia; e

g) Refere-se a despesas financeiras sobre as partes dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

32.3.2 Consolidado

	Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receita / (Despesa)	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Valores a Receber							
a) Prestação de Serviços	Ministérios das Telecomunicações	22.347	22.347				
b) Dividendos a Receber	VISIONA	10.362	10.362				
Imobilizado							
c) Capitalização AFAC	União Federal	29.672					
Contas a Pagar							
d) Prestação de Serviços	VISIONA				241.255		
e) Empréstimos	FINEP			245.604	244.498		
f) Recursos Capitalizáveis - AFAC	União Federal	1.530.248	1.320.458				
g) Despesas financeiras - AFAC	União Federal					33.250	

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

- a) Refere-se ao contrato celebrado entre a TELEBRÁS COPA e o Ministério das Comunicações relativo ao Contrato nº 10/2013-MC, prestação de serviços de transmissão de dados dos provedores de serviços de TI e de Serviços de Mídia.;
- b) Trata-se de dividendos a receber de participação societária na coligada;
- c) Representa os encargos capitalizados dos recursos repassados pela União Federal para Futuro Aumento de Capital e que forma destinados ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;
- d) Trata-se de saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas;
- e) Refere-se a captação de empréstimo realizado junto a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15 de dezembro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.

- f) Trata-se dos recursos repassados pela União Federal para aplicação em futuro aumento de capital da Companhia; e
- g) Refere-se a despesas financeiras sobre a partes dos recursos repassados pela União Federal para futuro aumento de capital da Companhia e que não foram aplicados no desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

33 OUTRAS INFORMAÇÕES**33.1 Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRÁS incluindo empregados cedidos e requisitados**

Em 31 de março de 2016, estavam cedidos 51 empregados à ANATEL (52 em 31 de dezembro de 2015) e 18 para outros órgãos governamentais (18 em 31 de dezembro de 2015), com ônus para os cessionários, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, do total de 389 empregados da TELEBRÁS (365 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de março de 2016, contava ainda com 76 contratados “*ad nutum*” (80 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS****33.2 Remuneração de dirigentes e empregados**

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRÁS, em rigorosa observância ao que determina o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

No trimestre findo em 31 de março de 2016, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de março, foram de R\$ 23.863,90 e R\$ 2.212,27 (Reais) respectivamente (R\$ 24.975,69 e R\$ 2.012,43 (Reais) em dezembro de 2015, respectivamente). O salário médio foi de R\$ 13.038,09 (Reais) (R\$ 13.493,56 (Reais) em dezembro de 2015).

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de março de 2016, foi de R\$ 51.665,04 (Reais) (R\$ 38.748,78 (Reais) em dezembro de 2015).

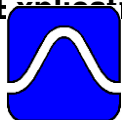
33.3 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros de vida para cobertura dos empregados e diretores, cujos custos são compartilhados de forma proporcional. Os gastos na demonstração do resultado referentes a esse benefício no trimestre findo em 31 de março de 2016 foram de R\$ 31 (R\$ 29 no primeiro trimestre de 2015).

34 EVENTOS SUBSEQUENTES**Realização de acordo extrajudicial entre a TELEBRÁS e a FUNCEF**

Em 2 de maio de 2016, a TELEBRÁS finalizou acordo e protocolou perante a 17ª Vara Cível de Brasília/DF petição solicitando a homologação do acordo extrajudicial tabulado entre TELEBRÁS e a FUNCEF para quitação total do passivo judicial, que condenou a TELEBRÁS a incorporar a correção monetária ao capital social antes de realizar a distribuição dos dividendos devidos a Fundação dos Economistas Federais FUNCEF relativo ao exercício de 1994. O acordo firmado estabeleceu que o valor acordado para liquidação da obrigação é de R\$ 72.688 e é composto das seguintes parcelas: R\$ 66.080 de principal e R\$ 6.608 de honorários sucumbenciais com data prevista para pagamento em 5 de maio de 2016. Com relação ao valor principal, o acordo prever entrada de 10% em 90 dias após o protocolo o protocolo da petição e o saldo remanescente, observado o período de carência de 24 meses, contados da data de referência, com pagamento apenas dos juros, será diluído em 30 semestrais.

Notas Explicativas



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

JORGE RICARDO BITTAR
DIRETOR PRESIDENTE

**PAULO EDUARDO
HENRIQUES KAPP**
Diretoria Técnico-
Operacional

**JOSÉ EMILSON MOTTA
BARROS DE OLIVEIRA
JÚNIOR**
Diretoria Comercial

FLÁVIO LUIZ LAMMEL
Diretoria Administrativo-
Financeira e de Relações com
Investidores

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR RODRIGUES
Contador CRC/DF 9.440/O-8

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Administradores e Acionistas da

Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS

Brasília - DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das informações intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board – IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, a Companhia mantém registrado na rubrica Tributos a Recuperar, no ativo circulante o montante de R\$ 198.383 mil. Esse valor decorre de impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização ocorrerá pela geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ainda conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07, do montante dos Tributos a recuperar, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 30 de março de 2013, era de R\$ 115.761 mil. Referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº 21. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia controla a subsidiária integral TELEBRAS Copa S/A e participa do capital social das coligadas Visiona Tecnologia Espacial S/A, com 49% e Cabos Brasil Europa S/A, com 35%. Esses investimentos são avaliados pelo valor do patrimônio líquido, sendo que as informações contábeis de 31 de março de 2016, utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial, não foram submetidas a revisão por auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, em reunião realizada em 22 de março de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou proposta de incorporação da subsidiária integral Telebrás Copa S.A. A Administração submeterá a proposta à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, em data a ser estabelecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia mantém registrado na rubrica "Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP", no passivo não circulante o valor de R\$ 51.140 mil, apurado a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos capitalizáveis e Patrimônio Líquido negativo

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, a Companhia mantém registrado na rubrica "Recursos Capitalizáveis, saldo de R\$ 1.530.248. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido pela União, o qual vem sendo corrigido pela taxa SELIC e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União. No momento, a Companhia aguarda publicação de Decreto Presidencial autorizando a incorporação do AFAC ao seu Capital Social, conforme Processo nº 10951.000671/2015-70, inclusive, através do Ofício CT nº 12/2016/2100/1000 de 25 de janeiro de 2016 a Companhia encaminhou ao Ministério das Comunicações as últimas informações solicitadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Fase pré-operacional de projetos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estão no foco das ações da Telebras, sendo: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais. A conclusão das obras em andamento e equipamentos em aquisição e a consequente ampliação da capacidade de geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma dos projetos em andamento, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, quer seja de seus acionistas ou de terceiros.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado – DVA, individuais e consolidadas, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes:

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2015 apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, sem modificação e contendo ênfases semelhantes àquelas apresentadas neste relatório.

Maringá - PR, 06 de maio de 2016

BEZ Auditores Independentes S/S

CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez

Contador